

SERÃO DEMASIADAS “POLITQUICES”? ANÁLISE AO PANORAMA EUROPEU DE INTERESSE PELA POLÍTICA

**TOO MUCH “POLITICKING”? ANALYSIS OF THE EUROPEAN
INTEREST IN POLITICS**

SERÃO DEMASIADAS “POLITQUICES”? ANÁLISE AO PANORAMA EUROPEU DE INTERESSE PELA POLÍTICA

TOO MUCH “POLITICKING”? ANALYSIS OF THE EUROPEAN INTEREST IN POLITICS

Sérgio André Lopes Resende¹ • Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia²

Data de recebimento: 30/08/2024

Data de aceite: 06/11/2024

¹ Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro. Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal.

E-mail: sergio.resende@fd.uc.pt

² Doutoramento em Ciências Sociais (Especialidade em Administração Pública) - Universidade Técnica de Lisboa (UTL). Licenciatura em Estatística de Gestão de Informação - Universidade Nova de Lisboa (NOVA). Licenciatura em Direito - Universidade de Lisboa (ULisboa). Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Consultor para a Área de Planeamento e Política Legislativa da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça de Portugal.

E-mail: pcorreia@fd.uc.pt

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal analisar o grau de importância da política para os cidadãos nas suas vidas. Numa sociedade onde a participação cívica surge como fundamental para o normal funcionamento da vida política e onde, bem recentemente, viveu-se um período de eleições com resultados inesperados, entende-se como relevante entender e perceber de que forma os temas políticos são relevantes para as diversas sociedades europeias. Em termos teóricos estamos perante a mais um estudo de opinião percebida, isto é, um estudo baseado em entender a opinião e as sensações dos cidadãos perante determinados temas. A formulação de um estudo comparado a nível europeu permite, assim, ir mais além, podendo entender tendências que se verificam na Europa e que, até agora, não eram perceptíveis, ou que vão até contra determinados preconceitos que existam sobre o tema. Assim sendo, o presente estudo foca-se em entender de que forma os cidadãos europeus atribuem importância à política na sua vida. De forma a alcançar os objetivos propostos foram analisados dados provenientes de uma base já existente, sendo tratados a *posteriori* de forma comparativa. Entende-se que os países mais desenvolvidos, com uma maior taxa de IDH, possuem um maior interesse pela temática, enquanto países do sul do continente europeu, bem como da Europa de Leste, afastam-se deste tema em termos de interesse.

Palavras-chave: Opinião Pública; Política; Importância Percebida; Europa.

ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze the importance of politics for citizens in their lives. In a society where civic participation is fundamental to the normal functioning of political life and where, very recently, we have experienced a period of elections with unexpected results, It is understood as relevant to understand and understand how political issues are relevant for the various European societies. In theoretical terms we are facing another perceived opinion study, that is, a study based on understanding the opinion and the feelings of citizens about certain topics. The formulation of a comparative study at European level allows, thus, to go further and can understand trends that occur in Europe and that, until now, were not perceptible, or even go against certain prejudices that exist on the subject. Therefore, this study focuses on understanding how European citizens attach importance to politics in their lives. In order to achieve the proposed objectives, data from an existing database were analyzed and treated retrospectively in a comparative way. It is understood that the more developed countries, with a higher rate of HDI, have a greater interest in the subject, while countries from the south of the European continent, as well as Eastern Europe, are away from this topic in terms of interest.

Keywords: Public Opinion; Politics; Perceived Importance; Europe.

INTRODUÇÃO

Vive-se, atualmente, numa sociedade onde as pessoas têm uma forte palavra na tomada de decisão do caminho político que é levado a cabo pelos países. Tanto em Portugal como na Europa tem surgido uma onda de crescimento de Direita Radical que tem causado alguma surpresa junto dos entendidos na temática. Nesse sentido, e associando a isso os conhecidos casos de elevada abstenção nos mais diversos processos eleitorais nos diversos países, poderá ser relevante entender e perceber de que forma os temas políticos são relevantes para as diversas sociedades europeias.

Ao analisar a literatura procura entender-se de que forma a opinião pública pode influenciar questões políticas. Desta forma, autores como Berry (1993) e Burstein (2003) serão relevantes na medida em que ajudam a melhor compreender o conceito de opinião pública, bem como os impactos que a mesma pode ter no funcionamento da sociedade. Também Correia (2024) assume relevância aquando do presente estudo, na medida em que apresenta diversos estudos sobre o funcionamento da Administração Pública, na sua nomeadamente vertente política, ajudando a melhor compreender o funcionamento desta máquina que trabalha em prol da sociedade. Outros autores, tais como Page e Shapiro (1983) olham de forma algo diferente, alertando para a influência que os próprios políticos podem ter na formação de opiniões públicas. Apesar de não ser a corrente

que servirá de base ao presente estudo, é importante ter conhecimento sobre a mesma na medida em que serve de complemento ao que as correntes principais estudam.

Estamos perante mais um estudo de opinião percebida, isto é, um estudo baseado em entender a opinião e as sensações dos cidadãos perante determinados temas. A formulação de um estudo comparado a nível europeu permite assim ir mais além, podendo entender tendências que se verifiquem na Europa e que até agora não eram perceptíveis, ou que vão até contra determinados preconceitos que existam sobre o tema. Assim sendo, o presente estudo foca-se em entender de que forma os cidadãos europeus atribuem importância à política na sua vida, tendo no centro do ponto de comparação Portugal. No entanto, estende-se o estudo aos restantes países da Europa com o objetivo de encontrar algumas tendências nos resultados analisados.

Em termos teóricos, o presente artigo vai juntar à literatura um contributo interessante ao nível da distribuição europeia ao nível de importância que é dada à política. Isto é, ao comparar os diversos países, poderemos encontrar um conjunto de países que, através de um conjunto de traços característicos comuns, apresentam respostas também eles comuns. Por outro lado, na vertente prática, alguns contributos serão também providenciados através deste artigo, nomeadamente ao nível de conseguir auscultar os diversos países no que a este tema diz respeito, podendo servir de mote para a necessidade de alterações que levem a uma maior participação cívica por parte da população.

A estrutura do presente artigo será a mais típica. Numa primeira fase serão revistos os principais conceitos associados à temática, tal como enunciado na introdução. Em seguida serão então analisados os dados com o objetivo de responder aos principais objetivos desta investigação. Por fim serão apresentadas as principais conclusões, bem como lançadas algumas pistas de investigação para estudos futuros.

REVISÃO DE LITERATURA

OPINIÃO PÚBLICA

Os estudos sobre a temática da opinião pública são bastante variados. Diversas áreas do saber, desde a ciência política até à psicologia, passando pela sociologia, debruçam esforços sobre a temática com o objetivo de entender de que forma é que as opiniões se formam (Minar, 1960), quais as razões que as tornam de determinada maneira e como se podem alterar ao longo do tempo (Glynn, 2018). Para além disso, entende-se que a opinião pública pode funcionar como um barómetro para a necessidade de alterações a nível político (Dong & Lyan, 2021).

Assim, torna-se difícil conceptualizar um conceito como o de opinião pública. Até porque a noção da existência de uma opinião conjunta de um grupo de indivíduos poderá remontar aos primórdios do conceito de sociedade. Ainda assim, poderá falar-se do pós primeira Grande Guerra para se dar início aos primeiros estudos relativos a este conceito. Poderia assim olhar-se para este conceito como um conjunto interações e compreensão, tendencialmente influenciados pelas emoções das pessoas sobre um tema (Webster & Albertson, 2022), de influência mútua que levará a uma espécie de consenso sobre um assunto, ou, por outro lado, a interação entre um conjunto de juízos individuais, do qual levará à formação de um juízo coletivo (Migliucci, 2018).

Outros autores, como Glynn (1997), olha para a opinião pública como resultado da opinião intrínseca do indivíduo sobre o tema, bem como da perceção que o mesmo tem das opiniões das outras pessoas sobre a questão. Esta teoria, apesar de ser amplamente considerada pelos vários teóricos e estudiosos da área, não descarta contrapartidas a ser consideradas (Ingham & Levin, 2018). Prova disso são os chamados grupos de interesse que, através dos seus conhecimentos e relevância em determinados temas, serão capazes de aproximar as opiniões da sociedade, ou seja, a opinião pública, para uma opinião mais semelhante aquela que é formalizada por tais grupos (Ingham & Levin, 2018).

Ao abordar o conceito de grupos de interesse, será importante referir que os anos 60 do século XX foram marcados pelo surgimento de diversos grupos de interesse, de carácter liberal, com uma capacidade de influência grande junto dos órgãos políticos, ao ponto de os levar a criar estruturas negociais entre estes grupos. Surgia uma nova forma de administração, em que os grupos

de interesse conseguiram levar a cabo os seus objetivos, orientando a política em determinado sentido (Berry, 1993). Os partidos políticos são o principal exemplo disso mesmo, na vertente em que são capazes de, por um lado, agregar um conjunto de pessoas com opiniões semelhantes e, por outro lado, aproximar essas mesmas pessoas dos representantes políticos que defendem essas ideologias (Slothuus & Bisgaard, 2021).

O que também se verifica é que estes partidos, com a sua capacidade de influência, tendem a ser capazes de alterar a opinião das pessoas pertencentes a este grupo em função das suas necessidades e objetivos (Slothuus & Bisgaard, 2021). No entanto, apesar de em cada partido existir um núcleo duro de apoiantes que segue de forma única as ideologias do seu partido, existe uma importante fatia do eleitorado, aquela que tende a decidir o vencedor das eleições, que não segue um partido ou candidato, mas sim procura formar um julgamento com base nos acontecimentos recentes de forma a tomar a sua decisão de apoiar determinado caminho para o país (Valgarðsson et al., 2021). Desta forma, os partidos políticos, com a sua capacidade de persuasão e influência, procuram alcançar o maior número possível de eleitores, de forma a conseguir chegar ao poder político, e assumirem assim a função de representação da sociedade (Maia et al., 2023,2024).

São diversos os estudos que são promovidos relacionados com a temática da opinião pública. Burstein (2003) defende que ninguém acreditará que a opinião pública irá influenciar sempre as decisões públicas que são tomadas. Por outro lado, também chega à conclusão de que serão poucos os crentes na total separação entre o fenómeno da opinião pública e das decisões públicas que são tomadas pelos órgãos responsáveis para o efeito. Inclusive estas conclusões já se verificam de algum tempo a esta parte. Entende-se também que a existência de casos de corrupção, bem como de práticas consideradas como não éticas, leva ao surgimento de um maior grau de desconfiança por parte dos cidadãos, bem como à insatisfação dos mesmos perante os órgãos de decisão política (Maia & Correia, 2022, 2024).

Um dos estudos mais interessantes, e olhando para o estudo de Monroe (1998), entende-se que ao comparar a opinião pública com os resultados das políticas existia uma convergência de cerca de 63% no período entre 1960-1979 e de 55% entre 1980 e 1993. Assim sendo, o que se pode entender é que, de facto, a opinião pública é capaz de influenciar as tomadas de decisão por parte

dos órgãos governamentais, bem como interferir na definição de políticas públicas, em particular quando estivermos perante um tema que seja relevante para o público (Burstein, 2003), isto é, quanto mais do interesse da sociedade for determinada questão maior será a pressão exercida para levar a determinada resposta governamental.

Tal acontecimento deve ser sempre devidamente planejado, na medida em que se reconhece que os diferentes níveis de governação comportam diferentes especificidades (Pereira & Correia, 2022, 2024), que devem ser levadas em consideração aquando destes acontecimentos. A cooperação é um dos pontos chave na atual Administração Pública e casos como estes são prova disso mesmo (Correia et al., 2019, 2024). De notar que o oposto também é comum de ocorrer. Ou seja, em determinados temas, cuja importância para a sociedade, em particular as elites e principais grupos de influência, é pouca, irá refletir-se numa menor atuação política sobre o tema. Prova disso é o estudo de Oliver e Lee (2005), que entendem que, em relação à temática da obesidade nos Estados Unidos, em inícios do século XXI existiam grandes políticas para esta área, dado que as elites, principais criadoras de discurso, não se preocupavam com o assunto em questão.

Uma teoria que também deverá ser considerada aquando do estudo da temática da opinião pública são os casos em que a opinião pública se torna maleável pelas decisões políticas, isto é, opiniões da população que se alteram em função de políticas implementadas. Page e Shapiro (1983) alertam que apesar do fenómeno de influência da política com base na opinião ser o que é mais considerado pelos estudiosos, o contrário também poderá acontecer, nomeadamente nos casos em que os responsáveis pela política são capazes de persuadir a sociedade a alterar a sua opinião sobre o tema, ou simplesmente nos casos em que a própria sociedade, de forma racional, chega à conclusão de que o impacto da política é positivo para si.

Num período em que as redes sociais se tornaram coabitantes com a sociedade, percebe-se que as mesmas poderão ser uma ferramenta bastante útil e poderosa para melhor compreender e ilustrar a opinião pública. Estamos perante uma ferramenta em crescimento junto dos órgãos governamentais, na medida em que são ferramentas com um custo-benefício bastante proveitoso (Arshad & Khurram, 2020). Prova do quão relevantes se podem tornar as redes sociais junto da política foi a cobertura das eleições no Reino Unido, no passado ano de 2010 (Anstead, & O’Loughlin,

2015). Ainda assim, apesar de todas as potencialidades que tal ferramenta apresenta, os mesmos autores do estudo referenciado anteriormente entendem que as redes sociais podem também representar um perigo para a formação de opinião pública, na medida em que a opinião deixa de ser própria e discreta, e passa a ser resultado de um conjunto de conversas e interações (Anstead, & O'Loughlin, 2015).

Para além do referido anteriormente, a rapidez com que a informação se espalha nestas plataformas pode levar a que, por um lado, pequenos acontecimentos tomem proporções elevadas num curto espaço de tempo, com consequências nefastas para a política do próprio país (Meng et al., 2022) e, por outro lado, podemos estar perante uma plataforma que poderá ser usada para difundir, como se tem assistido, notícias falsas que tomam proporções mediáticas antes que possam ser desmentidas. Estamos assim perante um conjunto de ferramentas que, apesar de serem úteis em prol da propagação da informação, não se revela neutra, o que imerge como um problema, em particular a nível político (Pereira et al., 2023, 2024). Estes momentos em particular são bastante sensíveis para a política na medida em que surgem vários polos de opinião pública (Che net al., 2020), diferentes entre si, e que tornam a governação toda ela mais complexa do que nos casos em que existe uma opinião mais concentrada sobre as temáticas.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NA POLÍTICA

Tendo percebido ao longo das recentes páginas de que forma se pode relacionar o conceito de opinião pública com a formação e desenvolvimento das políticas públicas, será importante fazer a ponte com o tema da política na vida dos cidadãos. Isto é, dado que o presente estudo procura entender de que forma se deixam impactar as diferentes sociedades europeias pela política dos seus países, será fundamental passar a literatura sobre o tema em revista antes de dar início à parte mais prática deste estudo.

Como se pode entender, num regime de carácter democrático, a relação que se estabelece entre os cidadãos e os membros políticos é fundamental, visto que toda a legitimidade democrática assenta nessa mesma interação entre estes dois pilares (Bijsmans & Altides, 2007). Dessa forma, o conceito de democracia eleitoral assenta os seus princípios na ideia de que os cidadãos são informados (Berelson et al., 1986). Os próprios órgãos políticos têm perfeita noção de que dependem

do apoio público para a sua legitimação e para poderem trabalhar com alguma estabilidade. Pode até aferir-se que a participação do cidadão na vida política é positiva para ambos os lados, isto é, tanto para cidadãos como para os próprios políticos (Michels & Graaf, 2010). Isto porque, ao nível dos cidadãos, dá-lhes o direito e o poder de participar na administração da sociedade, tendo alguma responsabilidade social.

Por outro lado, ao nível político, a participação dos cidadãos servirá de barómetro para os mesmos poderem orientar a sua atuação política. Esta conceção compreende-se com alguma naturalidade na medida em que os cidadãos detêm a capacidade de eleger os seus representantes, cabendo a estes últimos, após eleição, representarem e gerirem os destinos de toda uma sociedade. Assim sendo, e dada a importância que um cidadão possui no espectro político, o mesmo deve ser capaz de viver informado, de modo a tomar as decisões mais sensatas. No entanto nem sempre o mesmo se adivinha como simples. Isto porque a sociedade está em constante mutação, levando a variações ao nível do ambiente político, devido a razões internas e externas. Dessa forma, estes acontecimentos vão levando a alterações na nuvem política, influenciando o conhecimento político dos cidadãos (Jerit et al., 2006). Estas constantes alterações podem ter um impacto significativo na sociedade em função da classe social que estiver a ser considerada. Isto é, de acordo com o estudo de Jerit e colegas (2006):

“A nossa análise mostrou que a relação entre educação e conhecimento varia com as mudanças no ambiente de informação. O aumento da cobertura jornalística beneficia sobretudo as pessoas com um nível de educação elevado, reforçando assim a relação entre educação e conhecimento. Em contrapartida, os aumentos no volume da cobertura televisiva beneficiam os menos instruídos, em termos absolutos, quase tanto como os mais instruídos.”

Assim se compreende que o ambiente externo é capaz de influenciar de uma forma bastante relevante o conhecimento, bem como o interesse que os cidadãos possuem sobre os temas políticos, bem como sobre quaisquer temas da atualidade, em bom da verdade. Desta forma, existindo capacidade de obter conhecimento para tomar decisões sensatas, resta perceber se existirá o interesse em tomar tais decisões. Isto é, apesar de existir uma sociedade informada, e como acesso a todas as ferramentas que lhe permitam ser capazes de tomar as melhores decisões possíveis, é importante perceber se de facto existe interesse em tomar tais decisões.

É desta forma que o tema da opinião pública toma um lugar de destaque na vida da sociedade. A importância ímpar que o cidadão tem nas diferentes tomadas de decisão que são tomadas no decorrer da vida política, começando desde logo pelo processo eletivo, tornam o estudo do tema relevante do ponto de vista académico. Se o cidadão possui um peso tão decisivo no rumo tomado pela sociedade, será relevante estudar qual o peso que os cidadãos dão à política nas suas vidas, isto é, qual o interesse que os cidadãos dão à política. Compreender se estamos perante uma sociedade que se interessa e que procura saber mais sobre a temática será um indicador de uma sociedade politicamente ativa. Por outro lado, a falta de interesse poderá ter consequências nefastas para a sociedade a curto e médio prazo.

METODOLOGIA

Estando a revisão de literatura devidamente tratada, segue-se agora o momento mais prático do artigo, visando então proceder ao estudo em si. O presente estudo visa, como dito anteriormente, analisar de forma comparada qual a importância que os cidadãos europeus dão à política na sua vida. Ao analisar comparativamente será possível encontrar algumas conclusões interessantes, nomeadamente se é possível agrupar países com respostas comuns com base em alguma característica comuns que os ligue entre si.

Assim sendo, e como referido no parágrafo anterior, os visados deste estudo são todos os habitantes europeus, que participaram no recente inquérito promovido pela “World Value Survey”, entre os anos de 2017-2020. Com base nesse mesmo inquérito foram selecionadas duas variáveis do mesmo, que se procurarão analisar ao pormenor. São elas a variável “Interesse em Política”, e a variável “Importância da Política na sua vida”. Inicialmente serão apresentadas as diversas respostas dadas a estas duas questões, seguida de uma análise crítica das mesmas, nomeadamente comparativa. Em seguida, e partindo da base comparativa anteriormente efetuada, tentarão agrupar-se alguns países com respostas e características semelhantes entre si, criando uma espécie de mapa europeu de interesse em política.

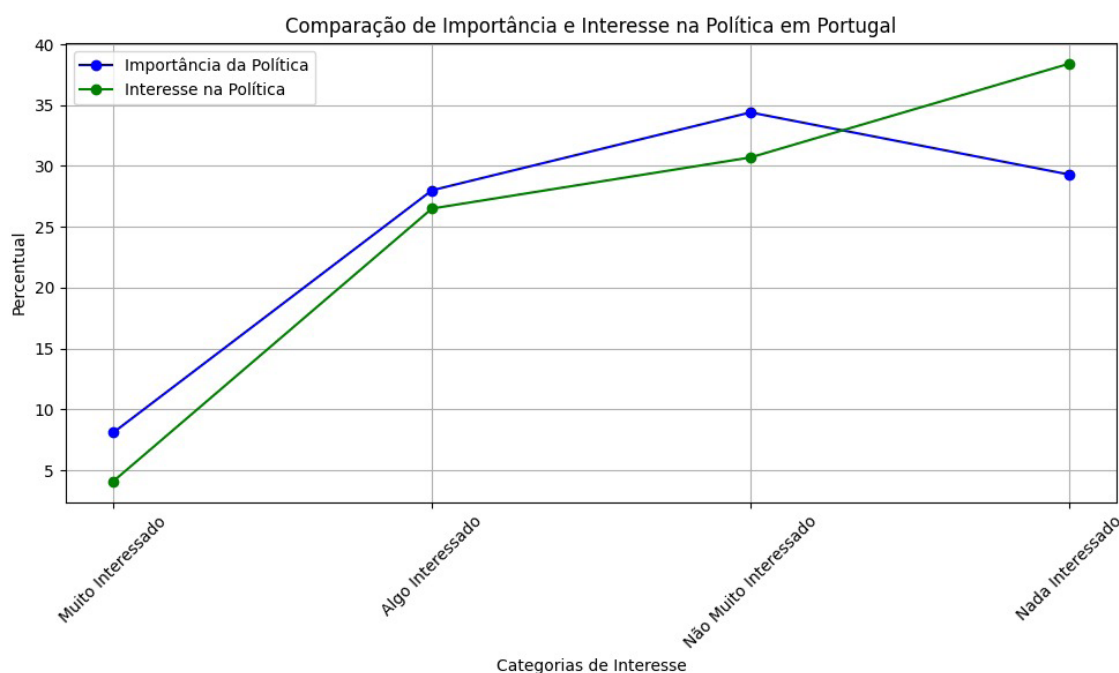
O presente estudo seguirá uma lógica sequencial, de um plano mais local para um panorama mais geral. Isto é, numa primeira fase irá ser analisado o caso português em particular, tanto ao nível de análise crítica das suas respostas, bem como ao nível da colocação do mesmo no panorama

dos resultados europeus, sempre de forma comparada. Em seguida será promovida uma análise mais geral aos diversos países, de forma a organizá-los numa espécie de ranking, em função dos seus resultados. Ainda na presente análise de dados serão promovidos mais alguns estudos, nomeadamente uma comparação entre os dados obtidos e os dados referentes às melhores democracias europeias.

ANÁLISE DE RESULTADOS

PORTUGAL, UM ESTUDO DE CASO

Começando a presente análise por olhar para os dados relativos a Portugal, apresentam-se em seguida os resultados obtidos por via de um gráfico de linhas.



Fonte: Autoria própria, com base nos resultados obtidos.

Ao analisar o primeiro gráfico, algo se entende. Da população inquirida, e retirando os 0.2% que não sabiam o que responder (dado não referido em gráfico), apenas 8.1% dos inquiridos consideram que a política possui importância considerada como bastante importante nas suas vidas. Por outro lado, e se dividirmos a escala em 2, sendo que “Muito Importante” e “Algo Importante” seriam respostas positivas, ao invés que “Não Muito Importante” e “Nada Importante” seriam considerados negativos, entende-se que mais de 60% dos inquiridos não atribuem importância à

política nas suas vidas. Em suma, e fazendo proveito do estabelecimento de uma escala de 1 a 4, em que 1 será “Nada Importante” e 4 “Muito Importante”, a mediana dos resultados seria 2. Por isto entende-se que o valor central dos resultados é “Não Muito Importante”, um reflexo das opiniões dos cidadãos portugueses.

Na linha do que foi dito para a primeira das questões estão também os resultados obtidos para a questão “Interesse na Política”. Retirando os 0.3% de inquiridos que não sabiam o que responder, apenas 4,1% das respostas foram “Muito Interessado”, revelando ainda dados mais baixos do que na questão anterior. Aqui, e seguindo o esquema da questão anterior, em que “Muito Interessado” e “Algo Interessado” é positivo, e os restantes são considerados negativos, a realidade é ainda mais evidente. Mais de 2/3 dos inquiridos encontram-se no espectro negativo da questão, não estando assim muito ligados à temática da política. Se as respostas já apontavam para uma pouca importância na vida dos cidadãos no que à temática da política diz respeito, estes resultados referentes ao interesse no tema são confirmadores do que já se verificava.

Estando a análise interna esclarecida, será interessante colocar Portugal numa perspetiva comparada com a restante Europa. Para alcançar esse objetivo será efetuado um ranking, em ambos os casos, seguindo a lógica anterior. Isto é, considerar-se-á que existe importância relativa na vida dos cidadãos quando estes respondem “Muito Importante” ou “Algo Importante”, enquanto seriam respostas negativas “Não Muito Importante” e “Nada Importante”, considerando assim que não existe importância relativa na vida dos inquiridos.

Assim poderá ser efetuado um ranking de importância dos diversos países, posicionando assim Portugal no contexto europeu. Para ajudar a analisar os dados serão elaboradas duas tabelas “ranking” de forma a ordenar os dados obtidos no estudo. Seguindo a lógica da análise que está a ser efetuada, serão em seguida apresentadas duas tabelas composta por duas colunas, referente ao posicionamento dos diversos países para as duas questões analisadas, de forma a facilitar a análise dos dados obtidos.

Tabela 1 | Ranking relativo à questão “Importância da política na vida do cidadão”

Ranking	Valor de importância relativa
1º Suécia	74.9%
2º Noruega	68.6%
3º Alemanha	63.3%
4º Turquia	56.2%
5º Países Baixos	54%
22º Portugal	36.1%
40º Lituânia	24%
41º Croácia	22.5%
42º Eslovénia	16.5%

Fonte: A autoria própria, com base nos dados obtidos.

Tabela 2 | Ranking relativo à questão “Interesse na temática da política”

Ranking	Valor de importância relativa
1º Alemanha	75.3%
2º Noruega	70.6%
3º Áustria	62.8%
4º Suécia	59.8%
5º Dinamarca	59.1%
40º Portugal	30.6%
41º Roménia	30.5%
42º Grécia	28.2%

Fonte: A autoria própria, com base nos dados obtidos.

Algo que salta desde logo à vista são os resultados referentes aos países nórdicos. Bastante conhecidos pelo seu alto IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), estes países são considerados como alguns dos melhores para viver no mundo, devido à alta taxa de empregabilidade, felicidade, literacia, entre outros parâmetros que favorecem o desenvolvimento destes países. Esta questão poderá justificar o porquê de existir um alto nível de envolvimento em questões políticas por parte dos inquiridos destes países.

Por outro lado, tanto países da Europa de Leste (em particular na temática do interesse pela política), como os países de sul da Europa (em especial no tema Importância da Política na vida) apresentam-se nos lugares mais baixos do ranking. Conhecidos por uma maior instabilidade a nível políticos, e por diversas crises ao longo dos diversos mandatos, poderá estar aqui a justificação para a falta de vontade dos cidadãos em se envolverem na política. Por outro lado, na Europa de Leste existem maiores propensões a regimes autoritários (em parte pelo facto de terem estado sob domínio da União Soviética durante grande parte da sua história), o que pode também ajudar a explicar a falta de importância que os cidadãos destes países dão à política nas suas vidas.

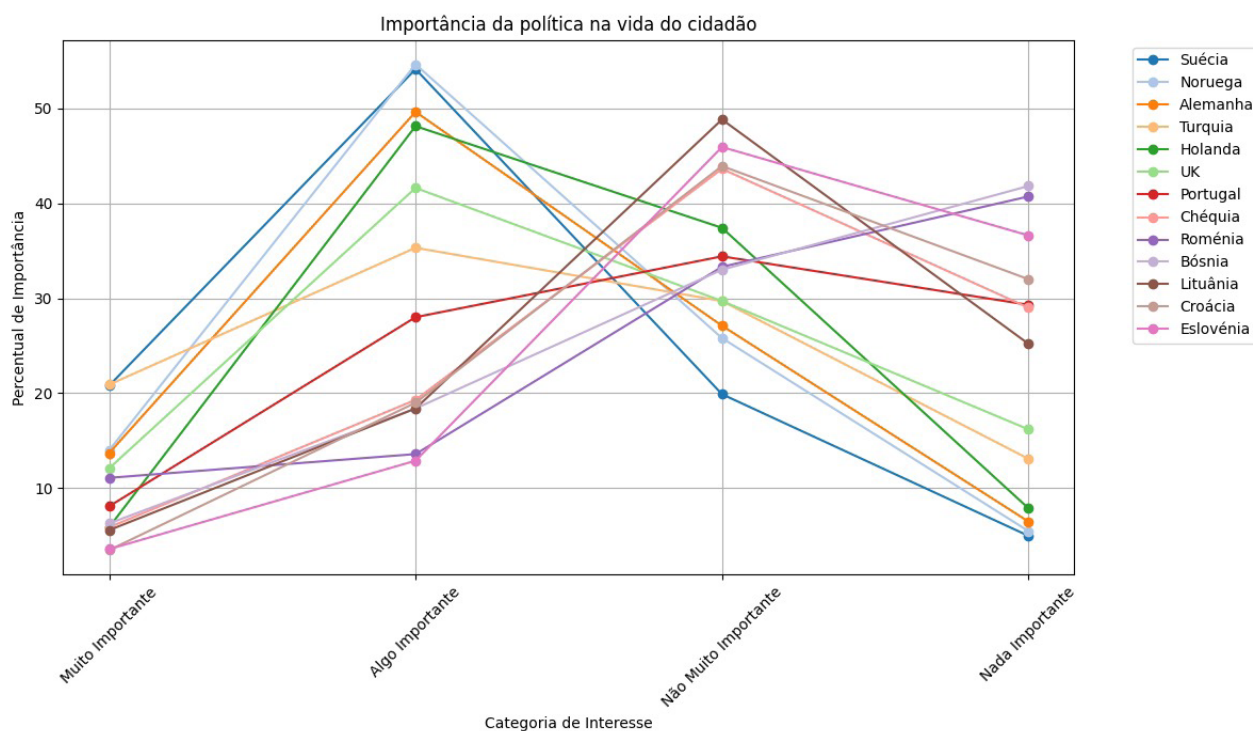
No que toca ao posicionamento de Portugal nos rankings, o mesmo acaba por não seguir a linha dos restantes países, em que os resultados percentuais aumentam da primeira questão para a seguinte, o que explica o facto de se encontrar no final do ranking relativo à questão “Interesse na temática da política”.

Surgem assim dois grandes grupos de países que se posicionam de forma diferente face ao tema da política. Por um lado, países nórdicos e da Europa central, mais ricos tendencialmente, com maior índice de IDH e, conseqüentemente, mais desenvolvidos, participam mais ativamente e interessam-se pela vida política. Por outro lado, países da Europa de Leste e do Sul da Europa, pelas circunstâncias dos seus regimes e contextos políticos, não possuem tanto interesse por estes temas na sua vida. Resta saber, e poderá ser uma pergunta de investigação para futuros estudos, se os contextos dos países são motivo ou consequência dos resultados obtidos. Isto é, e olhando para Portugal a título de exemplo: O contexto português leva a que os cidadãos sejam pouco interessados pela política ou, por outro lado, a falta de interesse dos cidadãos agrava o contexto atual da política portuguesa.

A POLÍTICA EUROPEIA OLHOS DOS CIDADÃOS

Com base nos dados obtidos do ranking desenhado para responder à primeira questão de investigação, foram elaborados dois gráficos de linhas com os melhores e classificados dos rankings para as duas perguntas. Desta forma poderão retirar-se algumas conclusões para as questões efetuadas aquando do inquérito.

Assim, o gráfico seguinte representa os resultados referentes à questão “Importância da Política na vida do inquirido”. Nesta questão são incluídos os 6 melhores classificados (Suécia, Noruega, Alemanha, Turquia, Holanda, hoje denominado de Países Baixos e o Reino Unido), os 6 piores classificados (Chéquia, Roménia, Bósnia, Ucrânia, Croácia e Eslovénia) e Portugal, que sendo a base deste estudo servirá de ponto comparativo com os restantes).

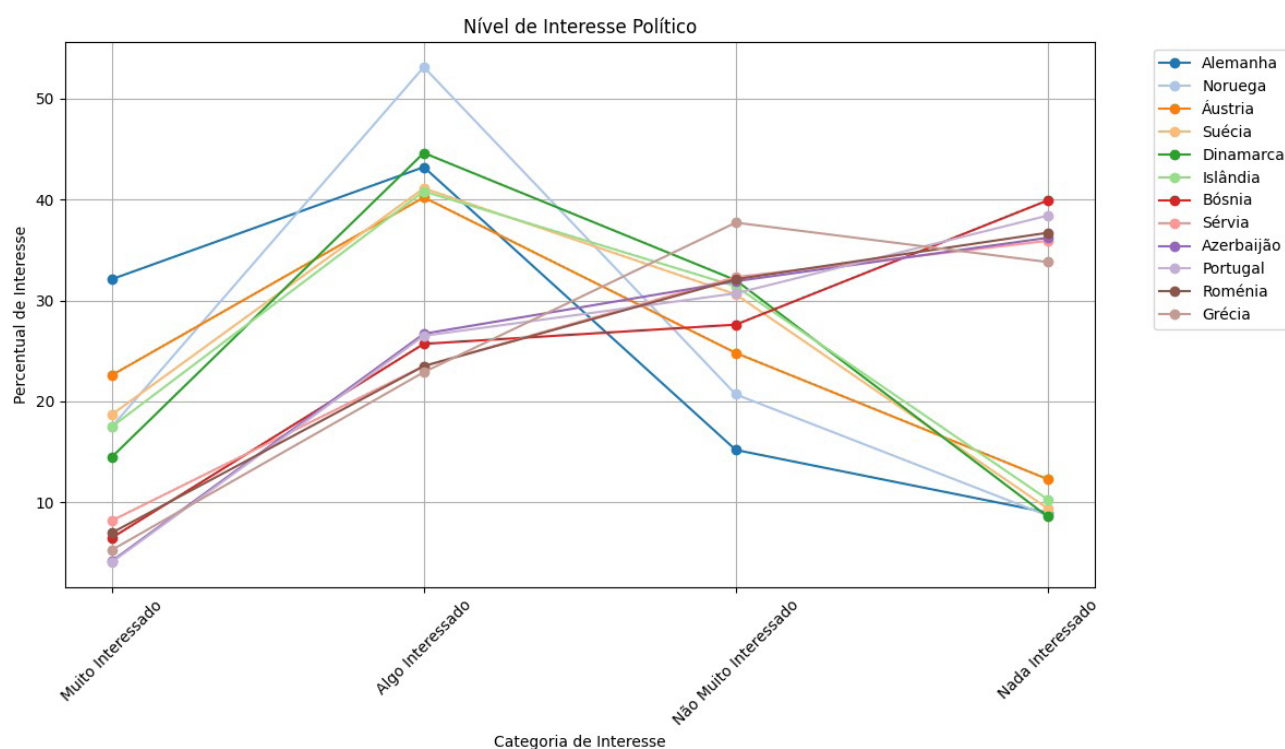


Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos.

Ao analisar este primeiro gráfico, algumas conclusões podem ser retiradas. Desde logo entende-se que independentemente do país de que estejamos a analisar, nenhum possui um nível de interesse “Muito importante” acima dos 20%, seja este um país bem ou mal posicionado no ranking. O que realmente difere os grupos de países melhores posicionados dos restantes é o facto de os últimos possuírem altos nível de resposta relativos a “Nada Importante”, enquanto os cidadãos

dos países melhores classificados possuem altas taxas de resposta à opção “Algo Importante”, valores esses que chegam a ultrapassar os 50% como é o caso da Suécia e Noruega.

Estando o primeiro gráfico devidamente analisado, segue-se agora o gráfico referente ao interesse dos cidadãos na temática da política. Mais uma vez, serão incluídos os 6 melhores países do ranking previamente estabelecido neste estudo (Alemanha, Noruega, Áustria, Suécia, Dinamarca e Islândia) e os 6 piores classificados do ranking, onde se inclui Portugal (Bósnia, Sérvia, Azerbaijão, Portugal, Romênia e Grécia). Assim, os resultados estão ilustrados em seguida.



Fonte: Autoria própria, com base nos dados obtidos.

O presente gráfico em análise possui uma tendência diferente daquela que foi observada no anterior. Os países com menor classificação no ranking possuem uma curva crescente, no sentido do “Muito Interessado” para o “Nada Interessado”. Isto é, em todos os países, 30 a 40% dos inquiridos dizem não ter qualquer interesse na temática da política. Em sentido inverso, nem 10% dos inquiridos considera ser muito interessado na temática da política.

Por outro lado, os países melhores classificados neste ranking destacam-se pela alta taxa de resposta em “Algo Interessado” e a baixa taxa de “Nada Interessado”, com apenas cerca de 10%.

Assim, e de modo a concluir o que se analisou nos dois gráficos, entende-se que, em termos de resposta, não existem grandes percentagens de inquiridos que respondam “Muito Importante” ou “Muito Interessado”. O que faz diferença nos países mais bem colocados nos rankings são as respostas “Algo Interessado” ou “Algo Importante”. Por outro lado, a resposta mais negativa possível (“Nada Interessado” e “Nada Importante”) é bastantes vezes utilizada por inquiridos nos países da cauda do ranking, o que influencia fortemente a classificação destes países.

DEMOCRACIA VS OPINIÃO PÚBLICA

O último ponto de análise deste estudo procurará confrontar os dados relativos às melhores democracias europeias com os dados relativos à opinião pública já aqui apresentados. Desta forma será possível, de alguma forma, olhar para os dados e entender se existe alguma tendência.

Figura 1 | Ranking das melhores democracias mundiais

COUNTRY	LIBERAL DEMOCRACY INDEX (LDI)		
	RANK	SCORE	SD+/-
Denmark	1	0.88	.040
Sweden	2	0.85	.043
Estonia	3	0.84	.043
Switzerland	4	0.84	.047
Norway	5	0.84	.046
Ireland	6	0.83	.047
New Zealand	7	0.83	.045
Finland	8	0.82	.049
Costa Rica	9	0.82	.048
Belgium	10	0.81	.049
Germany	11	0.81	.046
France	12	0.81	.052
Czechia	13	0.80	.050
Australia	14	0.80	.051
Netherlands	15	0.80	.049
Luxembourg	16	0.80	.049
Chile	17	0.79	.050
Austria	18	0.77	.051
United Kingdom	19	0.77	.051
USA	20	0.77	.052
Uruguay	21	0.77	.049
Latvia	22	0.77	.051
Spain	23	0.76	.050
Italy	24	0.76	.049
Canada	25	0.76	.056
Portugal	26	0.75	.052
Iceland	27	0.74	.055
Slovakia	28	0.74	.056
Lithuania	29	0.74	.055
Japan	30	0.73	.052

Fonte: Retirado de *V-Dem Institute (2024)*.

Ao analisar a presente tabela, desde logo se entende que os países nórdicos seguem a tendência dos resultados que têm sido obtidos ao longo do presente estudo. A nível mundial este conjunto de países destaca-se neste estudo, sendo considerados como os com melhores democracias a nível mundial. Por outro lado, também os países de sul da Europa e Europa de Leste, que foram identificados como menos interessados pelas questões políticas, surgem aqui posicionados em bloco. Espanha, Itália, Polónia e Portugal surgem praticamente em seguida uns dos outros, confirmando a tendência anteriormente evidenciada. Ainda assim, a qualidade da democracia nestes países é relativamente positiva quando enquadrada neste *ranking* com mais de 100 países, no entanto a análise deste *ranking* por si só daria um estudo diferente. De notar ainda que existem algumas exceções à regra, como é o caso da Islândia, país nórdico que se encontra junto dos países da Europa do Sul acima mencionados neste *ranking*. No entanto, pode defender-se com base nestes resultados que um maior interesse pela política por parte dos cidadãos irá gerar um país mais democrático, com uma melhor democracia.

CONCLUSÕES

Ao longo do presente artigo esperava-se ser capaz de entender de que forma os cidadãos europeus atribuem importância à política na sua vida, tendo no centro do ponto de comparação Portugal. O mesmo foi conseguido devidamente ao longo das páginas do estudo, tanto em termos teóricos, com recurso à revisão literária, como em termos práticos, com o estudo que foi promovido na metodologia.

Procurando entender-se como se define o interesse dos diversos cidadãos pela temática da política, os resultados obtidos seguem a linha do que se procurava entender. Numa primeira fase entendeu-se em termos práticos qual a posição que a sociedade portuguesa toma sobre a temática. Num segundo plano procurou comparar-se os resultados portugueses com a realidade europeia, bem como analisar-se a realidade da Europa como um todo. Por fim ainda se procurou estabelecer uma ponte entre o ranking das melhores democracias europeias com os resultados deste estudo, procurando alcançar algumas conclusões que fossem relevantes.

Assim, os principais resultados obtidos apontam para a existência de dois grandes grupos de países que se posicionam de forma diferente face ao tema da política. Por um lado, países nórdicos e da Europa central, tendencialmente mais ricos, com maior índice de IDH e, conseqüentemente, mais desenvolvidos, participam mais ativamente e interessam-se pela vida política. Por outro lado, países da Europa de Leste e do Sul da Europa, pelas circunstâncias dos seus regimes e contextos políticos, não possuem tanto interesse por estes temas na sua vida. Para além disso, entende-se que países mais interessados pela política tendem a possuir uma melhor democracia face aos países menos interessados pela temática.

Em termos teóricos o presente estudo acrescenta algumas bases que podem ser interessantes de ser perspectivas nos estudos sobre a questão. Com os resultados obtidos entende-se que não existe, em grande parte da Europa, interesse pela temática da política. Tendo em conta que diversos estudos defendem que a política assenta no princípio de que as pessoas são informadas, não existindo confirmação da premissa do interesse dos cidadãos, estas deixarão de ser informadas, colocando assim em causa o normal funcionamento da política. Poderá assim ser lançado o mote para a necessidade de um novo desenho do conceito de política, bem como das suas premissas. O interesse dos cidadãos é pouco e as suas decisões tenderão a ser cada vez menos informadas.

Por outro lado, em termos práticos, com o presente estudo permitiu criar-se uma espécie de mapa europeu de interesse pela política, em que se identificaram os grandes grupos que se relacionam de forma mais ativa com a política (Europa Central e Países Nórdicos), e o grupo de países que olha com menos afínco para o tema (Europa do Sul e de Leste).

O presente estudo não fica isento de algumas limitações. Uma maior amostra poderá ser sempre sinónimo de maior representatividade, no entanto a existência de diversos momentos temporais de recolha destes dados poderia ter dado uma perspectiva diferente, evolutiva, e que permitisse retirar outras conclusões.

Estudos futuros poderão procurar comparar os dados aqui obtidos com outras temáticas, nomeadamente a taxa de abstenção existentes nos países, de modo a tentar entender se os cidadãos, apesar de não interessados, exercem o seu direito de voto. Caso o mesmo se verifique, poderemos estar perante um fenómeno de voto desinformado, que será importante de combater.

REFERÊNCIAS

- Anstead, N., & O'Loughlin, B. (2015). Social media analysis and public opinion: The 2010 UK general election. *Journal of computer-mediated communication*, 20(2), 204-220.
- Arshad, S., & Khurram, S. (2020). Can government's presence on social media stimulate citizens' online political participation? Investigating the influence of transparency, trust, and responsiveness. *Government Information Quarterly*, 37(3), 101486.
- Berelson, B., Lazarsfeld, P., & McPhee, W. (1986). *Voting: A study of opinion formation in a presidential campaign*. University of Chicago Press.
- Berry, J. (1993). Citizen groups and the changing nature of interest group politics in America. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 528(1), 30-41.
- Bijmans, P., & Altides, C. (2007). 'Bridging the gap' between EU politics and citizens? The European Commission, national media and EU affairs in the public sphere. *European Integration*, 29(3), 323-340.
- Burstein, P. (2003). The impact of public opinion on public policy: A review and an agenda. *Political research quarterly*, 56(1), 29-40.
- Chen, T., Li, Q., Fu, P., Yang, J., Xu, C., Cong, G., & Li, G. (2020). Public opinion polarization by individual revenue from the social preference theory. *International journal of environmental research and public health*, 17(3), 946.
- Correia, P. (Coord.) (2024). *FDUC Handbook de Administração Público-Privada*. CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação | Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Correia, P., Mendes, I., & Bilhim, J. (2019). A importância da colaboração e cooperação como fator potenciador da nova governação ao nível local: uma análise comparada. *Lex Humana (ISSN 2175-0947)*, 11(1), 110-128.
- Correia, P., Mendes, I., & Bilhim, J. (2019). A importância da colaboração e cooperação como fator potenciador da nova governação ao nível local: uma análise comparada. In Correia, P. (Coord.), *FDUC Handbook de Administração Público-Privada* (p.1391-1409). CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação | Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Dong, X., & Lian, Y. (2021). A review of social media-based public opinion analyses: Challenges and recommendations. *Technology in Society*, 67, 101724.
- Glynn, C. (1997). Public Opinion as a Normative Opinion Process. *Annals of the International Communication Association*, 20(1), 157-183.
- Glynn, C. (2018). *Public Opinion*. Routledge.
- Ingham, S., & Levin, I. (2018). Can deliberative minipublics influence public opinion? Theory and experimental evidence. *Political Research Quarterly*, 71(3), 654-667.
- Jerit, J., Barabas, J., & Bolsen, T. (2006). Citizens, knowledge, and the information environment. *American Journal of Political Science*, 50(2), 266-282.
- Maia, T., & Correia, P. (2022). E-Government e Sociedade Digital. *Synesis (ISSN 1984-6754)*, 14(1), 184-206.
- Maia, T., & Correia, P. (2024). E-Government e Sociedade Digital. In Correia, P. (Coord.), *FDUC Handbook de Administração Público-Privada* (715-736). CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação | Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Maia, T., Correia, P., Costa, C., & Resende, S. (2023). Partidos políticos e grupos de interesse. *Lex Humana (ISSN 2175-0947)*, 15(3), 1-16.

- Maia, T., Correia, P., Costa, C., & Resende, S. (2024). Partidos políticos e grupos de interesse. In Correia, P. (Coord.), *FDUC Handbook de Administração Público-Privada* (965-982). CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação | Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Meng, F., Xiao, X., & Wang, J. (2022). Rating the crisis of online public opinion using a multi-level index system. *The International Arab Journal of Information Technology*, 19(4), 597-608.
- Michels, A., & Graaf, L. (2010). Examining citizen participation: Local participatory policy making and democracy. *Local Government Studies*, 36(4), 477-491.
- Migliucci, D. (2018). Public opinion and propaganda: Their definition, interpretation and meaning in the United States at the beginning of the interwar period (1918-1922). *Historia y Política*, (40), 213-238.
- Minar, D. (1960). Public opinion in the perspective of political theory. *Western Political Quarterly*, 13(1), 31-44.
- Monroe, A. (1998). Public opinion and public policy, 1980-1993. *Public Opinion Quarterly*, 6-28.
- Oliver, J., & Lee, T. (2005). Public opinion and the politics of obesity in America. *Journal of health politics, policy and law*, 30(5), 923-954.
- Page, B., & Shapiro, R. (1983). Effects of public opinion on policy. *American political science review*, 77(1), 175-190.
- Pereira, S., & Correia, P. (2022). Ensaio sobre governação ao nível local. *Synesis (ISSN 1984-6754)*, 14(2), 90-104.
- Pereira, S., & Correia, P. (2024). Ensaio sobre governação ao nível local. In Correia, P. (Coord.), *FDUC Handbook de Administração Público-Privada* (1411-1425). CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação | Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Pereira, G.; Lunardi, F. & Correia, P. (2023). Direitos Políticos e Guerra Virtual da Desinformação: Os Novos Desafios à Legitimidade do Processo Eleitoral. *Synesis*, 15(2), e2410, 16-42.
- Pereira, G.; Lunardi, F. & Correia, P. (2024). Direitos Políticos e Guerra Virtual da Desinformação: Os Novos Desafios à Legitimidade do Processo Eleitoral. In Correia, P. (Coord.), *FDUC Handbook de Administração Público-Privada* (983-1011). CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação | Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Slothuus, R., & Bisgaard, M. (2021). How political parties shape public opinion in the real world. *American Journal of Political Science*, 65(4), 896-911.
- Valgarðsson, V., Clarke, N., Jennings, W., & Stoker, G. (2021). The good politician and political trust: An authenticity gap in British politics?. *Political Studies*, 69(4), 858-880.
- V-Dem Institute (2024). *Democracy Report 2024: Democracy winning and losing at the ballot*.
- Webster, S., & Albertson, B. (2022). Emotion and politics: Noncognitive psychological biases in public opinion. *Annual review of political science*, 25, 401-418.



UNITAU
Universidade de Taubaté